

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / XIII (4 .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Violação de direitos sindicais na Teleperformance e agressão a dirigente sindical do SINTTAV (LISBOA)

Destinatário: Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento que durante uma acção de contacto com os trabalhadores da *Teleperformance*, na Rua Alexandre Braga em Lisboa, e de divulgação da manifestação do Dia da Juventude – 28 de Março, dirigentes sindicais do SINTTAV foram abordados por seguranças da empresa no sentido de impedir a acção.

Estes dirigentes, conscientes dos seus direitos, liberdades e garantias consagrados constitucionalmente, prosseguiram o contacto com os trabalhadores e foram alvo de agressões, tendo inclusivamente um dos dirigentes sindicais sido assistido pelo INEM e encaminhado para o hospital.

Infelizmente, não é a primeira vez que o PCP denunciou os abusos cometidos pela empresa *Teleperformance* sobre membros de estruturas sindicais no exercício dos seus direitos, bem como aos próprios trabalhadores alvo de repressão e assédio no local de trabalho.

Esta postura da *Teleperformance* é inaceitável viola direitos fundamentais do regime democrático representantes são ilegais, atentando contra a liberdade sindical.

A empresa *Teleperformance* pratica uma política recurso à precariedade e subcontratação, ritmos de trabalho muito intensos e desrespeito por pausas, baixos salários, a rondar o salário mínimo nacional (SMN), recorde-se aliás que, tentou mesmo não aplicar o aumento do smn o que obrigou à denúncia dos trabalhadores e suas organizações representativas.

O PCP entende que o Governo deve tomar todas as medidas urgentes, designadamente através da ACT, para a apurar todas as responsabilidades e assegurar o cumprimento cabal dos direitos dos trabalhadores.

Esta postura não é, infelizmente, exclusiva desta empresa, e é bem reveladora do clima vivido

nos locais de trabalho em pleno século XXI, e o nível de degradação e violação de direitos democráticos fundamentais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas urgentes vai tomar para apurar todas as responsabilidades e garantir o cabal respeito pelos direitos dos trabalhadores da *Teleperformance*?
2. Vai o Governo repudiar publicamente este tipo de práticas abusivas dos direitos dos trabalhadores?
3. Nos últimos 15 anos, quais as acções inspectivas realizadas a esta empresa? Solicitamos o envio das respetivas conclusões e quadro sancionatório aplicado?

Palácio de São Bento, 2 de abril de 2019

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)